



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 01/16

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 29 DE
FEVEREIRO DE 2016**

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, nesta vila de Alcochete e Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo senhor Fernando Manuel Catum Leiria, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Rui Manuel da Graça Santa, Natacha Patrícia Bexiga Patinha, Rodolfo Soares Marques Pereira, Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo, Luís Manuel Teopisto Cardoso, Sérgio Miguel Pratas Duarte, João Ladislau Teles de Matos, Isabel Maria Pereira Alves Teixeira Ferreira Trindade, Paula Alexandra Ferrão Pereira.

Pelo Partido Socialista:

- Iolanda Patrícia Dâmaso de Pinho Nunes, Manuel Carlos Bento Fradiano e Bruno José Pereira Soares.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Pedro Miguel Tarú Canteiro e Patrícia Pinto Felizes Figueira.

Pelo Partido Social Democrata:

-Luiz Branco Batista.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Estêvão António das Neves Boieiro, Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete (CDU), António Joaquim Gomes Almeirim, Presidente da Junta de Freguesia de Samouco (CDU) e Luís Miguel Fernandes Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco (CDU).

Faltaram à sessão:

Sónia Cristina Rodrigues Macieira Ramos, por se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituída por Ana Cristina Almeida Brandão.

Henrique de Menezes Infante da Câmara, por se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituída por Miriam Boieiro.

Mário Luís Pintado Alves, por motivos profissionais, tendo sido substituído por João Ricardo Figueiredo Lopes.

Maria Amélia Martins Faria dos Santos, por motivo de saúde, tendo sido substituída por Mário Manuel Catalão Boieiro.

João Manuel Alves Nunes do Valle, por motivos de saúde, tendo sido substituído por Maria da Graça de Medeiros Cabral.

As justificações de falta foram aceites.

O presidente da Assembleia Municipal convidou Sérgio Miguel Pratas Duarte para a Mesa em substituição de Sónia Ramos, o que foi aceite.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Luís Miguel Carraça Franco e os senhores vereadores José Luís dos Santos Alfélua, Susana Isabel Freitas Custódio, Jorge Manuel Pereira Giro, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Maria Teresa Filipe Moraes Sarmiento e Vasco André Marques Pinto.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O presidente da Assembleia colocou à discussão a seguinte ata:

- Ata da sessão ordinária de 23 de novembro de 2015:

Após ser submetida à discussão e votação foi aprovada por unanimidade.

Ao abrigo da alínea e) do n.º 17.º do regimento, registaram-se as seguintes intervenções:

- Patrícia Figueira:

Solicitou o ponto de situação, relativamente ao encerramento do Posto Médico do Passil.

- Luiz Batista:

Abordou os seguintes assuntos:

- Abandono dos espaços verdes (canteiros);
- Falta de manutenção em equipamentos públicos, nomeadamente, da proteção em madeira na Paria dos Moinhos;
- Falta de auxílios ao trânsito (pinos), dando como exemplo o entroncamento da av. D. Manuel com a rua Infante D. João.

- Pedro Canteiro:

Solicitou ponto de situação referente ao empréstimo bancário dos sete milhões e como se encontra a dívida a fornecedores.

Ao abrigo da alínea f) do n.º 17.º do regimento, registaram-se as seguintes intervenções:

- Graça Cabral em nome do PSD, apresentou uma Saudação referente à eleição do Prof. Dr. Marcelo Rebelo de Sousa como Presidente da República.

Submetida à discussão e votação, foi rejeitada, com 15 votos contra da CDU e 4 votos a favor do PS, 3 do CDS-PP e 2 do PSD.

Paula Pereira fez declaração de voto em nome da CDU.

- Luiz Batista, em nome do PSD, apresentou uma proposta de moção sobre “Construção do Aeroporto Complementar de Lisboa na Base Aérea N.º 6”.

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara, sucintamente, referiu não concordar pessoalmente com esta solução (optaria pela construção de um novo aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete) e que em rigor há um desconhecimento absoluto desta matéria, o que na sua opinião não permite à Assembleia Municipal pronunciar-se de forma responsável sobre o assunto.

Referiu ainda que se a avaliação ambiental estratégica tiver como resultado a apresentação de um dano do ponto de vista do ruído para as populações, então, enquanto autarcas, não estarão de acordo.

- Luiz Batista: Informou que não deverá haver problemas com ruído, porque a pista a utilizar será a mais distante da freguesia de Samouco.

Paula Pereira, solicitou a interrupção dos trabalhos por cinco minutos, com a finalidade de esta proposta poder ser apreciada pela bancada da CDU, o que foi aceite.

Retomados os trabalhos, António Almeirim perguntou: caso se concretize a hipótese Portela +1 na BA6, onde ficará situada a entrada para o aeroporto?

- Fábio Bernardo:

Esclareceu que a CDU sempre defendeu a construção de um aeroporto de raiz no Campo de Tiro de Tiro de Alcochete, não considerando a Portela + 1 uma solução definitiva, antes um remendo.

Mais, a bancada não dispõe de informação suficiente para se poder pronunciar, de forma a melhor defender os interesses da população do concelho de Alcochete.

- Luiz Batista:

Lamentou que as bancadas do PS e do CDS-PP se tenham furtado a este debate.

Submetida à votação, foi rejeitada com 15 votos contra da CDU, 7 abstenções do PS e CDS-PP e 2 votos a favor do PSD.

Paula Pereira fez declaração de voto em nome da CDU.

- Natacha Patinha, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre “Dia Internacional da Mulher”.

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Natacha Patinha:

Após a leitura, realçou que não obstante o progressivo desempenho das mulheres na sociedade portuguesa, há ainda muito a fazer ao nível da sua integridade física. É sabido que as mulheres se encontram mais vulneráveis, como atestam inúmeros casos de violência doméstica que acabam muitas vezes em morte, sendo que a crise económica que se vive e o flagelo do desemprego poderão estar por detrás de muitos destes casos.

Há que implementar medidas que possam promover a diminuição dos casos, que passará por uma maior consciencialização social.

Lembrou ainda o protocolo celebrado com a APAV como forma de ajudar todas as mulheres que dela precisarem.

- Luiz Batista:

Frisou que o PSD tem o maior respeito pela condição da Mulher e discorda da frase: “tão flageladas foram nos últimos 4 anos pelo governo de direita”, por considerar a mesma uma provocação.

Mais disse, que votaria a favor caso a frase fosse retirada.

- Fábio Bernardo:

Pela CDU informou que esta mantém o texto tal como apresentado.

- Patrícia Figueira:

Afirmou que o CDS-PP aprova e enaltece qualquer documento que defenda o direito das mulheres reconhecendo a sua luta histórica. Porém não concordam, considerando até infame a ligação a casos trágicos, com ligações a raízes e fatores culturais com consequente aproveitamento político que se queira fazer disto.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 15 votos a favor da CDU e 2 do PS; 4 abstenções (2 PS e 2 CDS-PP); 3 votos contra (1 CDS-PP e 2 PSD).

Luiz Batista fez declaração de voto em nome do PSD.

PERÍODO DE PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

- Presidente da Câmara, sucintamente, informou:

Relativamente à dívida a fornecedores, informará em momento próprio quando for analisada a “saúde” económico-financeira da Câmara Municipal, nomeadamente na

sessão de abril, não deixando contudo de dizer que o ano de 2015 foi muito positivo, dado ter permitido reduzir a dívida de médio prazo assim como a de longo prazo.

Quanto aos dois empréstimos que estão associados ao PSF, já é conhecida a decisão do Tribunal de Contas em não visar os contratos de mútuo (continuando-se a aguardar pronunciamento sobre o recurso), contudo, a Câmara em função da gestão que tem realizado, tem conseguido obter um excelente exercício em 2015 e nada indica que o de 2016 não siga o mesmo trilha.

Em relação ao encerramento do Posto Médico do Passil, frisou que a Câmara ficou surpreendida com o procedimento, pelo que irão solicitar reuniões à Comissão Parlamentar de Saúde e ao senhor Ministro da Saúde para lhes ser apresentado o diagnóstico de saúde do concelho de Alcochete.

Esclareceu também, que foi por imposição legal que a Câmara ficou coartada nas suas competências, nomeadamente na contratação de pessoal, sendo os setores operacionais os que mais ficaram afetados, e estes compreendem a manutenção de espaços verdes, da rede viária, bem como de outras áreas que têm o reflexo da imagem urbana.

Por várias vezes advertiu que o desinvestimento na administração local iria ter sérias repercussões na gestão dos recursos humanos e isso está à vista. O recurso a prestação de serviços resolveria o problema da imagem urbana mas não o problema financeiro que preocupa a esmagadora maioria dos municípios.

- Vereadora Susana Custódio:

Esclareceu que a problemática com o Posto Médico do Passil teve início em 2014, quando por alegada falta de equipamento informático esteve em vias de ser encerrado, sendo no entanto ultrapassado. Posteriormente com a morte da Dr.^a Fernanda Pimentel, (responsável clínica por aquele posto) ficou a população sem médico e sem serviços de enfermagem (apesar de várias reuniões efetuadas alertando para o problema). É uma situação que a todos preocupa, tanto mais que se trata de uma população com fragilidades económicas.

No dia 3 de fevereiro, foi com surpresa que a Câmara teve conhecimento que estava a ser esvaziado o posto médico, dado que pouco tempo antes, em reunião com o diretor do Centro de Saúde de Alcochete, Dr. Carlos Afonso, este se ter comprometido a estudar a hipótese de poder haver consultas de 15 em 15 dias e virem a ser retomados também os cuidados de enfermagem.

Posteriormente, a Câmara tomou conhecimento de que o equipamento foi mandado retirar pelo ainda responsável Dr. Paulo Espiga, o qual cessou funções 48 horas após o encerramento do posto médico.

- Vereador Jorge Giro:

Frisou que no momento, as equipas operacionais têm um enorme aumento de trabalho, em virtude de a Câmara não poder contratar trabalhadores, dando o exemplo dos serviços de espaços verdes no qual cada equipa em 2010 era responsável por 8 000m² e

em 2014 por 20 000m², tornando-se por isso impossível pedir mais esforço a estes trabalhadores.

- Vereador José Luís:

Informou que a manutenção do madeiramento na Praia dos Moinhos está agendada para a Primavera.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Foram registados os seguintes pedidos de intervenção.

- Sr. João Aparício:

Expôs em seu nome e em nome de condóminos da urbanização Canto do Pinheiro, a grande preocupação que têm, pelo facto de a igreja “Catedral da Família” continuar a funcionar na urbanização, de forma abusiva e ilegal e geradora de perturbação quer ao nível do ruído quer a outros níveis, como seja a falta de segurança na rua em situação de emergência.

Acrescentou ainda, que a igreja funciona no local sem que a Câmara tenha emitido alvará. A situação arrasta-se desde setembro de 2015, não se vislumbrando resolução, tanto mais que a Câmara também nada esclarece.

- Sr.^a Elisabete Lopes:

Informou ser moradora no Canto do Pinheiro e que devido a problemas de saúde (esclerose múltipla) se sente cidadã de segunda, em Alcochete, considerando que os cidadãos de primeira se situam na zona ribeirinha. Na sua área de residência faltam acessos para pessoas com mobilidade reduzida, chamando por isso a atenção para a resolução urgente deste problema.

- Sr. José Cardoso:

Informou ser morador no n.º 6 da urbanização do Canto do Pinheiro e lembrou que em 2008 foi prontamente autuado por parte da Câmara por falta de autorização para consumo de água para fins domésticos, porque ainda tinha instalado contador para fins de construção, pelo que não percebe porque houve celeridade num caso e no noutro se “deixa andar” mesmo depois de tanta informação.

- Presidente da Câmara:

- Informou que o denominador comum às anteriores intervenções respeita a uma situação que envolve a Câmara e os moradores da urbanização do Canto do Pinheiro, não deixando de considerar interessante que o Dr. João Aparício, com quem anteriormente reuniu, fale agora, em estado de direito entre outros.

Salientou que para o problema destes moradores, a Câmara nunca foi o único canal jurídico existente para resolução no imediato da situação, sem prejuízo de competências

próprias que tem a este nível. Lembrou e o Dr. João Aparício bem o sabe, que existem outros mecanismos legais que não usaram, como sejam as providências cautelares.

A Câmara deu à igreja um prazo para instruir um procedimento administrativo para alteração do fim a que se destina o alvará em vigor e só posteriormente os moradores poderão ter hipótese de se pronunciar.

Quando se acusa a Câmara de inércia é puro desconhecimento e todos sabem bem que enquanto decorre a tramitação, os moradores poderiam ter acionado outros mecanismos, mas nada fizeram, acrescentando ainda, que à Câmara nunca chegou nenhum Auto de Notícia lavrado pela GNR relativo a qualquer problema de ruído na urbanização.

Disse ainda, que a interrupção do fornecimento de água à igreja, se deve a se ter constatado nos Serviços que não estava a ser desenvolvida uma atividade para a qual estava licenciada.

Em resposta à D. Elizabete, afirmou que esta é vítima de doença da qual padece mas não é uma vítima social.

Frisou que a falta de acessos para pessoas com mobilidade reduzida é um problema grave, mas em todo o país e não só em Alcochete. As reduções dramáticas nos impostos acrescido pelo facto de Alcochete ser dos municípios que menos receitas recebe do Orçamento do Estado, levaram à presente situação, pese embora este município, antes do eclodir da crise, ter traçado um plano em conjunto com as juntas de freguesia para concretização deste direito, não esquecendo que também a falta de civismo não ajuda nesta problemática.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Não se registaram intervenções.

PONTO 2 – VOTO DE LOUVOR AO GRUPO DE FORCADOS AMADORES DE ALCOCHETE E A MARCELO LÓIA, CABO DO GRUPO DE FORCADOS AMADORES DO APOSENTO DO BARRETE VERDE DE ALCOCHETE E PELOS DESEMPENHOS NA TEMPORADA TAUROMÁQUICA DE 2015

Submetido à discussão, Natacha Patinha salientou ser de louvar o grupo assim como o cabo por esta época, lembrando anteriores distinções pelas suas atuações.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

De seguida, o presidente da Assembleia Municipal propôs a realização de um intervalo de 10 minutos, o que foi aceite, tendo de seguida sido retomados os trabalhos.

PONTO 3 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALUGUER OPERACIONAL DE 3 VIATURAS POR 48 MESES – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – RETIFICAÇÃO

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Vereadora Raquel Prazeres:

Informou que a presente proposta é mais favorável para o município, dado ter um valor mais baixo.

- Iolanda Nunes:

Questionou se os veículos já estão ao serviço da autarquia e a que serviços ficarão adstritos.

- Pedro Canteiro:

Questionou se a redução abrange todo o período do contrato.

- Luiz Batista:

Sabe que os veículos já estão na autarquia, contudo parece-lhe que estes ficaram ao serviço dos vereadores e não dos serviços, considerando a situação abusiva.

- Vereadora Raquel Prazeres:

Esclareceu que se trata de um contrato operacional de veículos e por isso não tem valor residual, mantendo-se desta forma uma mensalidade fixa. Os veículos já foram recebidos e ficam ao serviço de todos os serviços da Câmara e não apenas dos vereadores, não deixando contudo de considerar curioso que esta parte suscite tantas dúvidas aos deputados municipais.

Submetida à votação, foi aprovado por maioria, com 15 votos a favor da CDU e 2 do CDS-PP; 4 abstenções do PS, 1 do CDS-PP e 2 do PSD

PONTO 4 – APROVAÇÃO DO PROJETO DE DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NO LICENCIAMENTO DAS OBRAS DE ALTERAÇÃO E DE AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA EMPRESA HORTÍCOLAS SATURNINO, LD.^a, SITAS NA ESTRADA MUNICIPAL 1004, NO LUGAR DO PINHEIRO DO MARCO, NA FREGUESIA DE ALCOCHETE, PARA EFEITOS DO PROCEDIMENTO DE REGULARIZAÇÃO NO ÂMBITO DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

PONTO 5– RETIFICAÇÃO AOS VALORES CONSTANTES DO ANEXO I DO ACORDO DE COLABORAÇÃO COM A FUNDAÇÃO JOÃO GONÇALVES JÚNIOR VISANDO A IMPLEMENTAÇÃO DA CAF DO PRÉ-ESCOLAR E DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO NO CONCELHO DE ALCOCHETE

Submetido à discussão a vereadora Susana Custódio, esclareceu que a atualização se prende com a do salário mínimo que passou para €530,00 no dia 1 de janeiro.

Submetido à votação, foi aprovado por maioria, com 21 votos a favor (CDU, PS e CDS-PP) e 2 abstenções do PSD.)

Não votou Fábio Bernardo, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º do CPA.

De seguida o presidente da Assembleia propôs a discussão conjunta e a votação separada dos 3 pontos seguintes o que foi aceite.

Na discussão dos pontos registaram-se as seguintes intervenções:

- Vereador José Luís:

Informou que no acordo com a Junta de Freguesia de Samouco a cláusula 5.^a se encontra repetida, solicitando assim a sua correção e renumeração do restante articulado.

Informou também, que os contratos deliberados em junho de 2015 referiam este mês como data da entrada em vigor, contudo as juntas de freguesia já exerceram as funções delegadas desde janeiro. Perante este facto tornava-se difícil efetuar os pagamentos. A presente proposta visa ultrapassar a situação e permitir efetuar os pagamentos com efeitos retroativos.

- Patrícia Figueira:

Afirmou que o CDS-PP nada tem a opor à retroatividade dos pagamentos, mas pretendem saber quais os critérios adotados para a atribuição das verbas, solicitando ainda que os presidentes das juntas efetuassem um ponto de situação relativo à execução dos protocolos.

- Vereador José Luís:

Explicou que os critérios são os definidos na legislação, tendo em atenção as condições que cada uma das juntas de freguesia tem para as receber, de forma a cumprir e valorizar o seu trabalho, apesar de reconhecer que as verbas são poucas.

- António Almeirim (Presidente da Junta de Freguesia de Samouco)

Garantiu que o que está protocolado está cumprido e que fazem até muito mais, dando como exemplo a eliminação de barreiras arquitetónicas na freguesia.

Mais disse, que na sua opinião, todos os vereadores ou presidentes de câmara deveriam passar primeiro por desempenhar funções numa junta de freguesia.

- Estêvão Boieiro (Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete):

Informou que periodicamente as verbas são justificadas. Disse também, que esta não é a solução que mais lhe agrada e deseja, porque as juntas deveriam ter competências definidas acompanhadas das respetivas verbas.

Entende também, que as juntas perdem importância pela sua pequenez e reconhecem o esforço da Câmara Municipal de Alcochete.

- Luís Madeira (Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco):

Corroborou as intervenções dos anteriores presidentes, acrescentando que se não fosse a Câmara a transferir verbas as juntas já teriam encerrado, dado serem irrisórias as que recebem da Administração Central.

Mais disse, que a câmara paga às juntas a tempo e horas.

PONTO 6 – MODIFICAÇÃO DO “ACORDO DE EXECUÇÃO PARA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE NA JUNTA DE FREGUESIA DE ALCOCHETE

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

PONTO 7 – MODIFICAÇÃO DO “ACORDO DE EXECUÇÃO PARA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE NA JUNTA DE FREGUESIA DE SAMOUCO

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

PONTO 8 – MODIFICAÇÃO DO “ACORDO DE EXECUÇÃO PARA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE NA JUNTA DE FREGUESIA DE S. FRANCISCO

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

PONTO 9 – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO E A ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, COM A NATUREZA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO, OUTORGADO NOS TERMOS PREVISTOS NOS ARTIGOS 6.º, N.º 2 e 10.º DO REGIME JURÍDICO DO SISTEMA PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, CONJUGADO COM O DISPOSTO NOS ARTIGOS 116.º A 123.º E 128.º A 130.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

Submetido à discussão registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Referiu que com a extinção da Autoridade Metropolitana de Transportes foram imputadas competências a diferentes entidades enquanto gestoras de transportes públicos.

No seio da AML equacionou-se a possibilidade de por um lado incorporar alguns técnicos que prestavam serviço no âmbito da AMTL adquirindo assim conhecimento no que diz respeito a uma gestão panorâmica, holística de matéria tão importante. Por outro lado para ter esta visão da AML no seu conjunto e não desconsiderando as necessidades individuais de cada município, foi entendido que a AML recebesse em si mesma competência dos municípios, para em momento posterior, apresentar uma proposta técnica, transversal, de forma a obter uma área metropolitana mais eficaz e eficiente do ponto de vista dos transportes públicos.

Referiu ainda, haver indícios fortes de que tendo-se mantido a subvenção pública do Estado em relação a cada uma das operadoras de transportes públicos, registou-se no entanto, redução de prestação de serviços, o que é uma violação do alvará que lhes está subjacente

Caso haja um centro comum de análise e de elaboração de propostas (que terá que ter parecer vinculativo do município relativamente à sua área territorial) de todos os municípios que irão outorgar e descentralizar competências, consideraram então os 17 municípios, com a exceção de Cascais, que seria este o procedimento mais ajuizado e adequado, não sendo contudo definitivo.

- Vereador José Luís:

Realçou a importância da hierarquização de competências relativamente aos transportes, para que todos possam saber as suas competências. Alterar a mobilidade na AML será uma mais-valia para os utentes.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Câmara agradeceu ao presidente da Assembleia e aos restantes membros a disponibilidade em acolher esta proposta na Ordem do Dia, dado o apertado calendário para a sua aprovação.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Registaram-se as seguintes intervenções:

- Sr.^a Ana Paula Zeverino:

Informou ser membro do Conselho Nacional do MDM (Movimento Democrático de Mulheres) e por se aproximar mais uma data importante para este Movimento – dia 8 de Março – Dia Internacional da Mulher, aproveitou para apelar à participação de todos nas comemorações do dia 8 de março e ofereceu exemplares do livro sobre Maria Lamas, aos presidentes da Câmara e Assembleia Municipal, bem como à Biblioteca de Alcochete e de Samouco.

- Sr.^a Karine Resende:

Na qualidade de pastora da igreja “Catedral da Família” esclareceu que parte do que foi dito por moradores da urbanização do Canto do Pinheiro nesta sessão não corresponde à verdade, afirmando que apenas querem passar uma mensagem de paz e estabilidade e apoio social.

O presidente da Assembleia propôs a prorrogação dos trabalhos para além da hora regimental, o que foi aceite.

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

Registaram-se as seguintes intervenções:

- Iolanda Nunes:

Referiu que aquando da votação da segunda moção apresentada pelo PSD referente à construção do Aeroporto Complementar de Lisboa na BA6, o deputado Luiz Batista afirmou que a bancada do PS se furtou ao debate sobre a mesma.

Disse ainda que esta afirmação é profundamente repudiada pelos elementos da bancada do PS, que reafirmam que nunca se furtarão a um debate desde que devidamente informados sobre tudo aquilo que com ele se relacionará.

Um debate de ideias pressupõe que as duas partes estejam de igual modo informadas e por essa razão o PS não participará numa discussão em que apenas uma parte “conhece” os números que estão a ser tratados, na medida em que o seu trabalho é demasiado sério para ser baseado em futurologia.

- António Almeirim:

Deu conhecimento de um caso que se passou com uma utente, moradora no Samouco, que se deslocou ao Centro de Saúde de Alcochete, com queixas num pé, supondo ser um calo. Foi atendida por uma médica, que a informou não se tratar de um calo mas sim de uma verruga, acrescentando que a mesma era provocada pela água do Samouco.

Considera grave a postura da médica ao fazer este tipo de afirmação, solicitando por isso que a Câmara indague junto da mesma o que se está a passar.

- Mário Boieiro:

Relativamente ao apresentado nos relatórios do ponto 1 da ordem do Dia, questionou: ao analisar o relatório da água reparou que a faturação da água no Samouco de acordo com os gráficos, representa um terço da água que é distribuída, pelo que perguntou porque é que só se fatura um terço da água que se põe na distribuição naquela freguesia.

- Luiz Batista:

Respondendo a Iolanda Nunes, afirmou que considera todos os assuntos importantes pelo que gostaria que fossem discutidos por todas as bancadas e chamou a atenção para a situação que se passa na rua do Estuário, em Alcochete, por uso abusivo dos apanhadores de bivalves.

- Presidente da Câmara:

Respondeu que o comportamento dos apanhadores de bivalves no Samouco e em Alcochete é de facto, um grande problema, tanto mais que a GNR não corresponde às solicitações da Câmara. Nem sempre se defendeu uma atitude repressiva, mas sim pedagógica, contudo se esta não resultar haverá que aplicar a Lei. No entanto, isto não se verifica, gerando-se um sentimento de total impunidade por parte de pessoas que têm uma total desconsideração por quem é de Alcochete e pelo território em si, com comportamentos sociais absolutamente inaceitáveis.

Mais disse, que em março irá reunir com a RNET bem como com outras entidades, para análise desta problemática.

- Vereador Jorge Giro:

Esclareceu que toda a água distribuída em rede no concelho de Alcochete é alvo de um Plano de Controlo de Qualidade de Água previamente aprovado pela ERSAR, considerando por isso, lamentáveis as afirmações da médica.

Em relação à questão colocada por Mário Boieiro, solicitou que a mesma fosse colocada por escrito.

ATA EM MINUTA

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 01:20 horas, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, Coordenadora Técnica, subscrevo e assino.

A COORDENADORA TÉCNICA:

O PRESIDENTE: